

FORMAS TRADICIONAIS DE USO, MANEJO E PERCEPÇÃO DOS RECURSOS VEGETAIS NO LITORAL DO PARANÁ: Etnoconservação Florestal da Mata Atlântica.

Jenifer Priscila de Araujo¹

Luiz Everson da Silva²

Resumo

Esse trabalho tem por objetivo salientar a importância do manejo de recursos vegetais no Litoral do Paraná às vistas do uso das comunidades locais. Posteriormente realizar um estudo etnobotânico para a compreensão das técnicas de manejo local em consonância com o saber popular. Na subsequência debater os significados atribuídos ao território e a construção do mesmo por meio da sua dimensão simbólica. Pleitear a luta por territórios após a criação das Unidades de Conservação e a expansão rural. Por fim, destacar a relevância das populações tradicionais para a perpetuação do conhecimento e a conservação da biodiversidade local.

Palavras-chave: Territorialidade, Comunidades-Tradicionais, Etnoconservação-Florestal.

Introdução

O litoral paranaense por um longo espaço de tempo tem sido foco de interesses comerciais devido aos seus atributos naturais. No decorrer do processo de globalização novos portos e empresas se instalaram no litoral do Paraná sob a égide de desenvolvimento, mas distantes da preocupação com o meio ambiente. Nesse aspecto o uso desapoderado dos recursos pode gerar a escassez no ambiente natural. “O crescimento equivale à tendência a produzir mais do que aquilo que foi gasto anteriormente (WEBER e BAILLY, 2002, p. 277)”. Esse procedimento é causador do desequilíbrio do ecossistema e resultante dos evidentes conflitos ambientais. Ademais, impactam de maneira negativa no bioma, alteram a paisagem e também influenciam diretamente nos modos de vida das comunidades. “A situação desses sistemas tradicionais de acesso a espaços e recursos de uso comum passou a ser ameaçada pelo processo relativamente recente de expansão urbano-industrial e abertura de novas fronteiras agrícolas (DIEGUES, 2002, p.415)”.

Este trabalho trata da investigação quanto ao uso e conservação da biodiversidade na Mata atlântica numa estreita relação com as práticas das comunidades e as formas de manejo dos recursos vegetais no litoral do Paraná. O enfoque principal é fornecer subsídios para

¹ Universidade Federal do Paraná - jeniferpri@yahoo.com.br

² Universidade Federal do Paraná – luiz_everson@yahoo.de

elaboração e direcionamento de estratégias de desenvolvimento e medidas de conservação na região, levando em consideração as formas de conhecimento tradicional sobre os recursos florestais e a sua influência para a preservação da integridade cultural e social deste ecossistema. Ao se tratar do conceito de povos e comunidades tradicionais, é necessário desmistificar previamente a interpretação da palavra “tradicional”, por vezes associada às concepções de imobilidade histórica, atraso econômico, história linear ou, até mesmo, como algo ultrapassado e conservador. Os povos e comunidades tradicionais não são figuras do passado, estão mobilizados em um processo de transformação, no qual redefinem permanentemente suas relações com a natureza, não se limitando simplesmente à reproduções de tradições fixas (ALMEIDA, 2008). Estes sujeitos são protagonistas de comunidades dinâmicas que aparecem hoje envolvidas num processo de construção do próprio “tradicional”. Portanto, além de ser do tempo presente, o tradicional é social e politicamente construído (ALMEIDA, 2007).

É peculiar entre os povos tradicionais a maneira como os saberes associados à sociobiodiversidade estão diretamente relacionados com a (con)vivência das comunidades com a biodiversidade manejada. Esses saberes são transmitidos de geração em geração através da oralidade.

Deve-se considerar que as atividades vinculadas ao saber tradicional podem ser perdidas com a diminuição dessas atividades na região, sendo importantes os estudos nessa área. Machado et al. (2010) comentam que a partir de um diagnóstico preliminar da cultura tradicional torna-se possível identificar aspectos favoráveis e problemas da comunidade, como também as suas aptidões e necessidades, o que supõem ser necessário para cursos de capacitação, atividades de pesquisa, desenvolvimento e para projetos de infraestrutura. Por este fato torna-se importante compreender as inter-relações entre os seres humanos, o saber tradicional, os recursos vegetais e suas territorialidades, pois esses fatores podem fornecer informações importantes e favoráveis para o desenvolvimento territorial e preservação do ecossistema.

Os ambientes naturais (ecossistemas) utilizados por comunidades tradicionais para coletados/captura de animais e plantas e também as áreas mais manejadas onde são cultivados/criados em maior intensidade espécies da sociobiodiversidade local, fazem parte dos *Territórios Tradicionais*. A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) compreende os Territórios Tradicionais como os

espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária. Ou seja, os territórios tradicionais incluem os locais de moradia, espaços sagrados e os diversos ambientes onde se maneja a sociobiodiversidade.

Elementos Teóricos e Metodológicos

Área de estudo: entorno do Parque Nacional de Saint-Hilaire/Lange, localizado no litoral do estado do Paraná. “O parque Nacional Saint-Hilaire/Lange está localizado na porção sul do litoral do Estado do Paraná, abrangendo parte dos municípios de Matinhos, Guaratuba, Morretes e Paranaguá, ocupando uma área de, aproximadamente, 25.000 hectares. (BUZZATO, 2009, p. 26)”.

A abordagem etnoecológica sobre o uso dos recursos vegetais pela comunidade estudada resulta de uma pesquisa de caráter descritivo-explicativo e quantitativo. Por meio dos pressupostos da etnobotânica, são analisadas as relações entre os moradores da comunidade e os recursos vegetais, procurando responder a questões como: quais plantas são disponíveis? Quais plantas são reconhecidas como recurso? Como está distribuído o conhecimento etnobotânico na população? Como os indivíduos diferenciam e classificam a vegetação? Como é utilizada e manejada e quais os benefícios econômicos e financeiros derivados das plantas? As técnicas utilizadas para o desenvolvimento desse trabalho foram: contato inicial com a comunidade e com os informantes/parceiros da pesquisa; entrevistas estruturadas e semi-estruturadas com perguntas fechadas e/ou abertas, com anotações durante relatos e gravações, abordando aspectos do uso dos vegetais em áreas de manguezal, anotações em caderneta de campo, contemplando inclusive a história da comunidade, relatada pelos informantes, percurso de trilhas no ambiente em companhia de informantes, para observação e coleta in loco das plantas referidas pelos informantes, identificação botânica e incorporação ao herbário da UFPR, registros fotográficos e filmagens. A amostragem e seleção dos informantes para o estudo foi realizada segundo a técnica Bola de neve. Os informantes-chave reconhecem mosaicos de unidades de paisagem, com biodiversidade e dinâmicas próprias.

Análise do estudo

A investigação do estudo consiste especialmente em:

- ✓ Conhecer as espécies nativas úteis para a comunidade considerando a sua forma tradicional de manejo.
- ✓ Analisar a percepção da comunidade referente aos recursos vegetais e saberes passados de geração a geração. Compreender as formas de utilização das espécies nativas pela comunidade e como essas populações expressam o seu conhecimento e costumes.
- ✓ Explorar os ambientes estuários e analisar as técnicas e atividades locais.
- ✓ Estabelecer uma relação entre os saberes resultantes da evolução da comunidade e seu ambiente natural.

Justificativa

Os povos e as comunidades tradicionais de todo o Brasil contam com as contribuições acadêmicas de instituições de pesquisa para fortalecer seus processos de luta por direitos e reconhecimento de sua tradicionalidade.

As comunidades tradicionais do litoral do Paraná carecem de reconhecimento e ações de apoio por parte do Estado para promover o desenvolvimento dos seus territórios de maneira sustentável.

Portanto, reconhecer as práticas tradicionais de manejo da biodiversidade e sua relação com o território tradicionalmente ocupado é uma maneira de contribuir academicamente com possíveis iniciativas de desenvolvimento sustentável dos territórios tradicionais.

Debate principal

Para Haesbaert (2008) o território não deve ser visto como um objeto em sua materialidade, mas sim com o reconhecimento da sua dimensão simbólica. O autor destaca a importância do território e da territorialidade ser trabalhado em multiplicidade. A territorialidade se trata da forma como sociedade utiliza este espaço territorial, para fins de atividades comuns. "Portanto, todo território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em

diferentes combinações, funcional e simbólico, pois exercemos domínio sobre o espaço tanto para realizar "funções" quanto para produzir "significados" (HAESBAERT, 2008, p. 21)". Torna-se relevante trabalhar o território as vistas da multiplicidade, pois a partir desta perspectiva se faz possível alcançar uma mudança benéfica e transformadora. "Pensar multiterritorialmente é a única perspectiva para construir uma outra sociedade, ao mesmo tempo mais universalmente igualitária e mais multiculturalmente reconhecedora das diferenças humanas". (HAESBAERT, 2008, p. 34).

A abordagem territorial, segundo Saquet (2009) é importante para potencializar projetos e programas de desenvolvimento com mais justiça social. Para isto é importante compreender como interagem os atores na construção do território.

No que se refere ao caráter social do território, é extremamente relevante identificar, demonstrar e explicar as mudanças e permanências, as desigualdades (ritmos), as diferenças, o processo histórico, enfim, aspectos das tramas efetivadas na forma de tempos e territórios, temporalidades e territorialidades, numa perspectiva de compreensão espaço-temporal-territorial destacando a combinação território-rede-lugar, por sua vez; centrada na conjugação entre heterogeneidade e traços comuns da vida cotidiana no *campo* e na cidade, no rural e no urbano. (SAQUET, 2009, P. 91).

“Com a noção de desenvolvimento territorial, as ciências sociais, assumindo uma perspectiva multidisciplinar e interdisciplinar, adquirem novos instrumentos visando reconhecer a importância do território, não só como uma realidade biofísica tangível, mas também como uma construção social (JEAN, 2010, p. 54)”. O território e o desenvolvimento se baseiam nas relações sociais e naturais que por vezes podem conter evidentes desigualdades. Nesse aspecto, o território é construído a partir ações cotidianas que estão relacionadas à gestão e ao desenvolvimento como um todo.

Segundo Sachs 1986, a conservação dos recursos naturais é parte integrante das estratégias do ecodesenvolvimento. No que se diz respeito ao desenvolvimento territorial, é de extrema importância pensar na conservação dos recursos vegetais existentes neste espaço para a sustentabilidade local. O conceito de preservar torna-se importante não somente para assegurar o fornecimento dos recursos vegetais, mas também para o progresso científico e industrial. A forma como essas espécies são utilizadas possivelmente representa um risco a conservação local.

A elevada biodiversidade nas florestas tropicais tem motivado vários estudos que buscam a compreensão dos mecanismos envolvidos, e soluções efetivas para o estímulo ao desenvolvimento.

Torna-se importante o estudo e estratégias sustentáveis voltadas ao manejo florestal, vinculadas ao saber tradicional das comunidades locais, essas que residem no litoral paranaense e trazem consigo um vasto histórico e interpretação da utilização dos vegetais. “Nesse sentido, é importante analisar o sistema de representações, símbolos e mitos que essas populações constroem, pois é com elas que agem sobre o meio. É também com essas representações e com o conhecimento empírico acumulado que desenvolvem seus sistemas tradicionais de manejo. (DIEGUES *et al.*, 2000, p. 21)”. No litoral do Paraná, há outras comunidades tradicionais que, mesmo não organizadas em um Movimento propriamente dito, se reconhecem e são reconhecidos pela sociedade por suas identidades específicas, por exemplo caiçaras, indígenas guaranis, quilombolas, cipozeiros. Todos estes povos/comunidades fazem uso da biodiversidade para o auto-sustento e/ou para geração de renda, desde plantas alimentícias e medicinais, pequenos animais, recursos pesqueiros, até, em uma escala maior, ecossistemas florestais, restingas, manguezais, estuários e do ambiente marinho.

Estas espécies e ecossistemas são manejados de diversas formas e intensidades, o que confere a esta biodiversidade um caráter peculiar, academicamente chamado de *sociobiodiversidade*. O manejo da biodiversidade realizado por estas comunidades tradicionais faz com que as espécies e ecossistemas não sejam apenas um recurso natural e “selvagem”, mas confere a esta biodiversidade um elemento a mais, da intervenção humana, por isso o prefixo “socio”. Este manejo varia desde a coleta de frutos e de parte de plantas, pesca e extrativismo em diversos ecossistemas naturais, até áreas cultivadas como quintais, hortas e roças, criação de pequenos animais e uso de técnicas para captura de peixes além da pesca, por exemplo, a prática do “cerco”.

Os territórios tradicionais, assim como qualquer território, em suas diversas escalas se constituem através de relações de poder e enfrentam conflitos das mais diversas ordens. Os territórios tradicionais, em especial, carecem de reconhecimento por parte do Estado para que as comunidades possam continuar se reproduzindo cultural, social e economicamente. Mesmo havendo uma política nacional para tratar do assunto, os territórios tradicionais são constantemente ameaçados por projetos de desenvolvimento privados e mesmo por ações governamentais. No que cabe ao Estado, existem instrumentos de reconhecimento da tradicionalidade destas comunidades e de regularização de seus territórios, porém na prática a

Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais ainda não está sendo efetivada.

Populações tradicionais, unidades de conservação e a expansão rural.

Em todo território brasileiro pode ser observado os problemas relacionados à expansão das atividades de produção e a imposição da remoção das comunidades tradicionais dos territórios conhecidos como Unidades de Conservação. Essas Unidades de Conservação (UCs) são áreas introduzidas para controle da biodiversidade no ambiente natural. Com a discussão referente às áreas protegidas, se evidencia um modelo onde há uma exclusão total das populações tradicionais tornando essas áreas desabitadas. Entretanto, a permanência dessas comunidades tradicionais expande as possibilidades dessas populações efetivarem o uso sustentável dos recursos naturais.

Assim, a existência de áreas sem populações humanas, dentro de um sistema de áreas protegidas, é relevante para a conservação da biodiversidade. Por outro lado, áreas com uso são também fundamentais, pois preservam práticas tradicionais de manejo, experimentam alternativas de uso sustentável e ampliam as possibilidades de conservação tanto no espaço quanto no tempo (BENSUSAN, 2006, p. 114).

O desaparecimento dessas comunidades afetaria a integridade da biodiversidade, uma vez que esse ambiente foi criado através de uma base cultural e social. “Se essas populações realmente viessem a desaparecer, ou a serem definitivamente removidas de suas áreas originais de ocupação, poderíamos esperar alterações na dinâmica de recomposição das florestas e na composição específica (ADAMS, 2000, p. 166)”.

Para Bensusan (2006), ignorar o cenário político e social nessas condições é pouco eficaz, pois se sabe que com a permanência do mau uso dos recursos naturais exteriormente às áreas protegidas, o futuro das unidades de conservação e da biodiversidade estará em risco. “- Além disso, estabelecer áreas protegidas sem levar em conta os problemas e direitos das populações locais cria conflitos e ressentimentos que, em última instância, ameaçam a integridade da biodiversidade que se quer conservar (BENSUSAN, 2006, p. 125)”.

Para Zhouri e Laschefski (2010), o território é um importante patrimônio para a comunidade e suas formas de produção e reprodução. “O deslocamento ou a remoção desses grupos significa, frequentemente, não apenas a perda da terra, mas uma verdadeira desterritorialização, pois muitas vezes a nova localização, com condições físicas diferentes,

Considerações finais

Os diversos segmentos sociais podem revelar diversos aspectos sociológicos e antropológicos. O processo histórico de ocupação da Mata Atlântica no Brasil tem alterado severamente os padrões de diversidade deste bioma.

Esta pesquisa propõe pensar como se caracteriza a produção da continuidade dos conhecimentos em relação da conservação da biodiversidade, e como a comunidade tem mantido esses saberes. Tanto na questão da extração como da conservação, os valores culturais e estilos de desenvolvimento diferenciados dependem dos significados sociais atribuídos à natureza. Isto significa que o desenvolvimento dentro desse espaço territorial torna-se possível através da compreensão desses saberes e do conhecimento das formas tradicionais de manejo dos recursos vegetais.

É indispensável à realização de novos estudos etnobotânicos sob uma perspectiva conservacionista, onde haja um respeito ao meio e também a perpetuação da identidade cultural e social na região. Com toda a sua rica biodiversidade, o litoral sofre com a pressão dos novos empreendimentos nessa área, devido a isso se faz real a preocupação com as suas reservas florestais para a preservação deste bioma.

Além das questões políticas que implicam na falta de efetividade desta política pública, cabe destacar a necessidade de organização própria dos povos e comunidades tradicionais e as possíveis contribuições acadêmicas na elaboração de planos de desenvolvimento sustentável em nível dos territórios tradicionais.

Referências Bibliográficas

- ADAMS, C. **As populações caiçaras e o mito do bom selvagem: a necessidade de uma nova abordagem interdisciplinar.** Revista de Antropologia, São Paulo, USP, 2000, v. 43 n° 1.
- ALMEIDA, A. W. B. Apresentação. **Direito dos povos e das comunidades tradicionais no Brasil:** declarações, convenções internacionais e dispositivos jurídicos definidores de uma política nacional. Manaus: UEA, 2007.
- ALMEIDA, A. W. B. **Terras de quilombos, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto:** terras tradicionalmente ocupadas. 2. ed. Manaus: PGSCA-UFAM, 2008.
- BENSUSAN, N. **Conservação da Biodiversidade em áreas protegidas.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- BUZZATO, A C. **As comunidades locais e os conflitos de uso dos recursos naturais no Litoral sul do estado do Paraná.** Curitiba. 2009.
- DIEGUES, A. C. **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos.** Editora Hucitec Ltda. 2. Ed. São Paulo, 2000.
- DIEGUES, A. C.; ARRUDA, R. S. V.; SILVA, V. C. F.; FIGOLS, F. A. B, ANDRADE, D. **Os Saberes Tradicionais e a Biodiversidade no Brasil.** São Paulo: NUPAUB- Núcleo de pesquisas sobre populações humanas e áreas úmidas brasileiras. 211 f. 2000.
- HAESBAERT, R. **Dos múltiplos territórios a multiterritorialidade.** In: Heidrich, A. L. et al. (Orgs). A emergência da multiterritorialidade: a ressignificação da relação do humano com o espaço. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. P. 19-36B.
- MACHADO, C. T. T.; FERNANDES, S. G.; VILELA, M. F.; CORREIA. **Capacitação, identificação e implantação de sistemas de produção de base ecológica a partir do planejamento segundo a aptidão agro-ecológica e extrativista das terras para aplicação em comunidades de agricultores no Território do Alto Rio Pardo.** Minas Gerais: Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 15p. 2010.
- PEREIRA, B E. DIEGUES, A C. **Conhecimento de populações tradicionais como possibilidade de conservação da natureza: uma reflexão sobre a perspectiva da etnoconservação.** Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 22, p. 37-50, jul./dez. 2010.
- SACHS, I. **Ecodesenvolvimento : crescer sem destruir.** São Paulo. 1986.
- SAQUET, M. A. SANTOS, R. A (organizadores). **Geografia agrária, território e desenvolvimento.** 1. Ed. São Paulo : Expressão Popular. 2010.
- SAQUET, M. A. SPOSITO, E. S (Orgs). **Territórios e territorialidades: processos e conflitos.** 1 .ed. São Paulo : Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia. 2009.

VIEIRA, P. F. WEBER, J (Orgs). **Gestão de recursos naturais e renováveis e desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental**. 3. Ed. São Paulo, 2002.

VIEIRA, P. F...[et al.] (Orgs). **Desenvolvimento territorial sustentável no Brasil: subsídios para uma política de fomento**. Florianópolis: APED: Secco, 2010.

ZHOURI, A. LASCHEFSKI, K. **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.